

# **CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO BRASIL-ISRAEL NA ATUALIDADE: A IDEOLOGIA EM PERSPECTIVA**

**Izabela Vaz Teixeira**

Universidade Estadual Paulista

Contato: izabelavazt@gmail.com

**Karina Stange Calandrin**

Universidade do Sagrado Coração

Contato:karinacalandrin@gmail.com

## **Economía Política, Política Internacional y Relaciones Internacionales**

"Trabajo preparado para su presentación en el X Congreso Internacional de la Asociación Mexicana de Ciencia Política (Amecip), organizado en colaboración con el Tecnológico de Monterrey, a realizarse en la Ciudad de Monterrey, Nuevo León, México, los días 31 de julio, 1, 2 y 3 de agosto de 2019."

## **RESUMO**

O objetivo do trabalho é discutir sobre o espaço de mudança na política externa brasileira no que tange o relacionamento com Israel no novo governo de Jair Bolsonaro. Quais seriam as motivações para buscar por aproximação com Israel por parte do Brasil? O pequeno país do Oriente Médio ganhou maior destaque durante os discursos do atual presidente brasileiro em sua campanha eleitoral de 2018, principalmente após sua promessa de transferir a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, culminando com a visita do Primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, ao Brasil para a posse de Bolsonaro no dia 01 de janeiro de 2019. Nossa hipótese sugere que as motivações da configuração das relações Brasil-Israel seriam de cunho ideológico, muito mais do que econômico e/ou tecnológico como alguns membros do governo argumentam, trazendo a tona um desafio para a política internacional, em função do posicionamento do presidente brasileiro de deixar a ONU e a expectativa da colaboração com Israel em votações futuras.

Metodologicamente nossa pesquisa se enquadra no espectro hipotético-dedutivo e de observação indireta, baseada em fontes primárias e secundárias.

## INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste texto destina-se em responder a seguinte questão: a recente intensificação da aproximação do Brasil nas relações bilaterais com Israel, em termos de cooperação e diplomacia, significa uma estratégia econômica, dentro das perspectivas conservadoras e neoliberais do atual Governo, ou ainda mais que isso, absorve o caráter ideológico?

O objeto de estudo deste trabalho, em sua totalidade, é o caso da relação bilateral Brasil-Israel. Partindo deste princípio, portanto, há uma controvérsia<sup>1</sup>, atualmente, envolvendo suas relações internacionais, principalmente, entre ideologia e economia política. Enquanto membros do governo declaram uma agenda internacional direcionada à economia liberal, existe uma forte tendência a seguirem uma ideologia, entre alinhamentos, também com os Estados Unidos, influenciando o seu posicionamento com Israel.

O campo político brasileiro<sup>2</sup>, de forma geral, está passando por diversas mudanças, já durante a campanha do presidente eleito, Jair Bolsonaro, em seu discurso e nos primeiros meses de governo; bem como em diversos lugares do mundo, o processo em ascensão da guinada conservadora e de extrema-direita. Dessa forma, os princípios existentes, até então, das relações exteriores do Brasil estão seguindo para um novo campo de atuação, com novas definições, anseios, convicções. Diferentemente do exercício de política de Estado presente na história das relações internacionais do Brasil, como o pragmatismo, este que, nos últimos anos, vinha se consolidando na nossa política externa.

Em sua visita ao Brasil, o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, declarou estar encantado com a aliança entre Brasil e Israel, em vista disso, criará grandes possibilidades para ambos os países. Contudo, essa aliança nos traz

---

<sup>1</sup> O atual governo alega que a política externa brasileira era pautada em princípios ideológicos, em aproximações com países de ditaduras socialistas. Barrando, dessa forma, a aproximação com países desenvolvidos, como Israel.

<sup>2</sup> Combinado ao Golpe de Estado, realizado de forma gradual desde 2016, permitiu que Michel Temer assumisse a presidência como interino, facilitando as medidas conservadoras e neoliberais no campo político e social brasileiro.

algumas questões a serem refletidas, tais quais: a) o Brasil apresenta oportunidades surpreendentes a que custo? b) Essas oportunidades não poderiam ser firmadas mantendo a declaração da solução de dois Estados, como o Brasil sempre foi favorável? c) E se o governo do partido de extrema-direita, Likud, de Benjamin Netanyahu não permanecer no poder, ou, se sim, quais as dificuldades existentes? O Brasil ainda mudará a embaixada e continuará vendo oportunidades com Israel? d) E ainda, o quão ideológico possa ser essa atual aproximação entre ambos?

Nossa hipótese sugere que, durante a campanha do candidato do PSL (Partido Social Liberal), o que mais motivou o cunho ideológico na aproximação com o Estado Judeu foi a possível mudança da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém. O que pode ser concretizado por intenções para fins puramente religiosos, fazendo jus ao interesse de uma classe social. Essa atitude, se concretizada, ocasionará o reconhecimento, perante a comunidade internacional, de Jerusalém como capital de Israel. Partindo dessa hipótese, após assumir a presidência, Jair Bolsonaro e o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, declararam a respeito do assunto que já seria uma questão de “quando” oficializar o ato, o que deixa o conflito Israel-Palestina, envolvendo todo o Oriente Médio, ainda mais crítico, devido às possíveis retaliações de países árabes.

Jerusalém representa, hoje, uma incógnita internacional, não é executado como previsto na resolução da ONU, que é considerada como sendo um *corpus separatum*, sob administração internacional, que por sua vez, agrava o conflito árabe-israelense, devido à sua representatividade histórica, sendo o berço do islamismo, judaísmo e do cristianismo. Assim sendo, a Questão Palestina oriunda diversos debates e posições a respeito, tanto na região do Oriente Médio, como na influência de políticas internas e externas de outros países, como está sendo o caso do Brasil atualmente.

Os princípios religiosos são nitidamente vistos como base para o modo operacional político atual, presentes até mesmo no plano de governo, constituído por e para um grupo específico e, assim, colocando em xeque a laicidade do Brasil, com o modo de como opiniões religiosas pessoais estão à frente das posições políticas, confundindo com conservadorismo.

Ao referir à ideologia, aparentemente soa como algo muito simples e relativo a uma simples ideia pessoal ou de um grupo social, porém, é algo complexo, que vai além da breve definição referenciada. Desde a priori, o termo ideologia apresenta,

em seu conceito, várias distorções e complexidades e, hoje em dia, no contexto histórico político e social da nossa análise fora verdadeiramente distorcido o que se entende por ideologia. Como dito, por diversas vezes, em declarações, pretendia-se acabar com o que foi chamado de “sistema ideológico da esquerda”, sendo verdadeiramente criticado, no pior sentido da palavra. O que nos sugere, ao seu uso, de modo equivocado a forma como fora utilizado o termo *ideologia*.

Em um Ciclo de Conferências sobre a relação entre ideologia, conhecimento e prática social e política, em 1985 realizado de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), contou com a participação do cientista social Michael Löwy, dedicando-se a debates metodológicos e epistemológicos dentro do espectro das ciências sociais no que se refere à ideologia, o qual resultou no livro *Ideologia e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista*. A obra apresenta elementos conceituais de ideologia para uma análise dialética, que pode se relacionar com a prática política e social, analisadas em uma perspectiva de *visão social de mundo*. Aborda ainda, discussões sobre o positivismo, historicismo e marxismo. Analisaremos então, a partir da *visão social de mundo*, o atual campo político e social Brasil, com ênfase na relação Brasil-Israel.

Traremos um olhar crítico para o presente artigo que será dividido em três seções. A primeira parte trata-se de uma análise histórica da política externa brasileira frente à Israel e quais as motivações de aproximação por parte do Brasil atualmente. Já a segunda parte refere-se ao campo político israelense e suas razões e expectativas para com o Brasil e as possíveis mudanças. E por fim, os desdobramentos da relação Brasil-Israel a partir da construção ideológica os envolvendo e, desse modo, buscar algumas respostas no que tange a ideologia.

Devemos ressaltar que esta pesquisa se dá no campo de atuação do atual presidente do Brasil, eleito recentemente, o qual estará em constantes alterações e possíveis surpresas. Estaremos acompanhando seu processo político e analisaremos da melhor forma os impactos já causados na política externa, principalmente, no que tange o tema proposto.

## **1. O caminho da política externa brasileira frente a Israel**

Israel sempre teve interesse nas relações com a América Latina, isso por várias razões: a) políticas e diplomáticas, pelo peso numérico da região nos órgãos internacionais, particularmente na ONU; b) econômico, questão acentuada a partir

de 1990, não tanto pelo comércio, mas sobretudo pela potencialidade da transferência de tecnologia, inclusive de segurança, questão relevante para o Brasil; c) demográfico, pelas possibilidades de atração de integrantes da comunidade judaica, particularmente nos casos de dificuldades nos países de origem (segurança, ditaduras, crise econômica) (VIGEVANI, CALANDRIN, 2019).

Durante os primeiros anos de sua existência, os países da América Latina foram de particular importância para o Estado de Israel. Como é muito lembrado, em 1947, a votação na Assembleia Geral das Nações Unidas, dividindo a Palestina em um Estado judaico e um árabe, teve 33 votos a favor, 13 contrários e 10 abstenções. Sendo que 20 dos 33 votos a favor foram de países latino-americanos. A Resolução Nº 273, de 11 de maio de 1949, que admite Israel como membro das Nações Unidas, foi aprovada com 37 votos a favor, 12 contrários e 9 abstenções. Sendo que 18 Estados latino-americanos apoiaram a resolução, nenhum votando contra e apenas dois se abstiveram (BAILEY, et. al., 2017).

Os Estados Unidos foram um fator de alta relevância para a criação do Estado de Israel. O seu papel foi também importante pela influência que exerciam na época na América Latina. Por isso, desde o início, um fator que inclinou o equilíbrio na ONU para a aprovação da Partilha da Palestina foi o grande apoio numérico latino-americano que recebeu. Então, esses países compunham aproximadamente um terço da Assembleia Geral das Nações Unidas, com um total de 57 países, tornando os seus 20 votos favoráveis à Resolução 181 cruciais, assim como para bloquear a aprovação de resoluções consideradas contrárias à criação de dois Estados. Essa tendência, conforme a análise de Kaufman, Shapira e Barromi (1979), foi lentamente mudando a partir da Guerra de 1967.

Durante a década de 1950, a América Latina manteve o apoio à Resolução 181, portanto ao reconhecimento de Israel, sem abandonar a posição de reconhecimento dos direitos árabes sobre parte do território da antiga Palestina. As políticas de boas relações com Israel se desenvolveram, seja, mais uma vez, em virtude da importância dos Estados Unidos, seja pela preocupação em manter relações de boa qualidade com as comunidades de origem árabe e judaica nos próprios países, seja pelos esforços de propaganda, como afirmam Bailey et. al. (2017), de Israel projetando a imagem de si mesmo como um país de terceiro mundo com problemas de desenvolvimento semelhantes aos dos países latino-americanos. Sem aprofundar a questão, que já desenvolvemos (VIGEVANI e KLEINAS, 2000), é importante

recordar que movimentos semelhantes também se deram em países com problemas bem diferentes do Brasil, a Argentina, por exemplo (KLICH, 2016). Veremos a seguir que a estrutura de relações internacionais modificou as tendências, mas na América Latina o posicionamento frente aos Estados Unidos, por diferentes razões, continuou sendo um fator forte interveniente nas escolhas dos Estados.

No final da década de 1960, ocorreram mudanças fundamentais no Sistema Internacional. Na ONU, a mudança do equilíbrio de poder começou com a admissão de numerosos novos países africanos e asiáticos que havia se tornado independentes, deixando os vinte Estados latino-americanos com menos 16% do total de votos em 1968. Os Estados Unidos, cada vez mais enredados em uma guerra no Sudeste Asiático, foram perdendo parte de sua influência na América Latina. Os países começaram a alinhar-se de acordo com os seus próprios interesses políticos ou econômicos, embora, inicialmente, isso não se tenha refletido nas suas políticas relativas ao Oriente Médio. A relação de Israel com a América Latina levou a intercâmbio científico, projetos conjuntos de desenvolvimento e acordos de assistência técnica. "Thus at a time when most of the African and Asian countries had broken off or severed their relations with the Jewish State, Latin America's steadfast insistence on its relations with Israel"(SHARIF, 1975, p. 100).

Em 1972, a Israel foi atribuído o status de Observador Permanente junto à OEA, posição não rotineira para um país não pertencente ao hemisfério ocidental, também havia sido atribuído à Espanha. A relação comercial com a América Latina ganhou maior importância relativa, ao menos no tocante aos países do Terceiro Mundo. Uma razão menos óbvia para o público em geral, para o interesse de Israel na América Latina é demográfica, uma vez que as comunidades judaicas lá fornecem uma fonte de imigração, como afirma Sharif (1975). Fonte considerada importante pelo seu nível cultural e pela preparação profissional. Os imigrantes judeus latino-americanos são, pelas agências encarregadas das migrações, bem vistos em Israel porque são portadores de valores culturais ocidentais e hábeis em suas profissões, e podem ser facilmente absorvidos pela economia israelense, gastando pouco tempo nos centros de absorção, requerendo menos assistência financeira.

Como já discutido (CASARÕES; VIGEVANI, 2014), as mudanças da atitude em relação a Israel em alguns países latino-americanos, mas agora focaremos o Brasil, tiveram razões diferenciadas. Uma delas, nos anos 1970, foi a necessidade de manter estável o suprimento energético, o que impeliu o governo brasileiro a

aproximar-se de países exportadores de petróleo, como Iraque e Arábia Saudita. Neste momento ia-se fortalecendo uma tendência internacional visando o reconhecimento mais concreto do direito de autodeterminação palestino. A crescente importância dos não-alinhados no sistema internacional favoreceu o movimento. Sem abandonar os princípios da defesa do direito à autodeterminação e de fronteiras seguras para Israel, dava-se mais ênfase aos direitos árabes. Num contexto de crescente polarização entre árabes e israelenses, fortalecer os vínculos com os primeiros aparentemente traria resultados políticos e econômicos. Deu-se início a um processo lento e gradual de aumento do reconhecimento, também político e diplomático, dos palestinos. Em outubro de 1974, o Brasil votou a favor da Resolução 3210, que convidava a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) a participar das deliberações da Assembleia Geral, nas reuniões plenárias, acerca da questão palestina. Depois votou a favor da Resolução 3237 (“Status de Observador para a Organização para a Libertação da Palestina”), que convidava a OLP “a participar das sessões e dos trabalhos da Assembleia Geral na condição de observador”. Amplamente discutido foi o voto favorável à declaração que o sionismo representava uma forma de racismo e discriminação racial, a Resolução 3379 da AGNU de 1975 (BREDA DOS SANTOS; UZIEL, 2015). Essa resolução foi revogada em 1991, com o apoio e patrocínio do Brasil. Mesmo nas pesquisas que concluíram com interpretações mais críticas, sublinhando as potenciais razões conceituais e ideológicas da decisão do governo brasileiro em 1975, como o fazem Dávila e Lesser (2012), não se deixa de reconhecer, como, na mesma direção, escreve Grossman (2017, p. 272) que “Nevertheless, there is no indication that anti-Jewish perceptions had anything to do with Brazil’s decision to support Resolution 3379”.

Não se pode deixar de lembrar que a posição do Brasil, mesmo naquelas circunstâncias, manteve o princípio formal da equidistância, a adesão à resolução da Partilha e à Resolução 242 de novembro 1967. Princípios que permaneceram depois da redemocratização em 1985, e ao longo dos governos eleitos a partir de 1990.

Segundo Sharif (1975), a evolução da posição pró-árabe brasileira era, nos anos 1970, economicamente condicionada. Ainda que essa visão, seja a nosso ver, parcial, pois os componentes políticos também existiam, o fato é que o Brasil se tornou bem sucedido na construção de laços econômicos com o mundo árabe, em particular com o Iraque (VIGEVANI, CALANDRIN, 2019).

Na interpretação de política exterior do Brasil de longo prazo de Lessa (1998, p. 6), tratava-se do “definitivo descolamento do principal eixo de constrangimento da ação internacional que o Brasil implementava há décadas para ampliar as bases de captação de recursos para o desenvolvimento. A evidência da deterioração das relações com os norte-americanos favorece o movimento reativo de construção de vínculos internacionais diversificados.... No quinquênio [governo Geisel], o Brasil consolida as linhas de cooperação com a Europa Ocidental, reafirma os laços já dinâmicos com o Japão e afasta-se dos "relacionamentos excludentes", notadamente Israel e África do Sul, que impediam uma melhor instrumentalização das relações com o Oriente Médio e com a África Negra”.

Nos governos militares, a posição tradicional brasileira de reconhecimento do direito de Israel a viver dentro de fronteiras reconhecidas e seguras não foi desconhecido. O presidente Figueiredo, em sua intervenção nas Nações Unidas em 1982, afirmou o “direito de todos os países da região, inclusive Israel, a viverem em paz, dentro de fronteiras reconhecidas” (FIGUEIREDO, 1995, P. 406). Finalizado o ciclo militar, em 1988 diante da proclamação unilateral do Estado da Palestina pelo Conselho Nacional Palestino em 15 de novembro de 1988, a delegação brasileira na ONU votou favoravelmente à Resolução 43/177 (“Questão da Palestina”), que reconhecia o novo status soberano da Palestina e alterava a denominação anterior Organização para a Libertação da Palestina para Palestina ou Autoridade Nacional Palestina. O governo Collor manteve o reconhecimento dos direitos palestinos, incluindo, de acordo com Rezek (1991), o direito à autodeterminação e à criação de um Estado.

No período Fernando Henrique Cardoso, seu chanceler, Luiz Felipe Lampreia, em agosto de 1995, realiza viagem a Israel, na perspectiva, segundo o governo brasileiro, de fortalecer a paz (LAMPREIA, 2010). Na mesma viagem, ele também visitou a Faixa de Gaza, onde se encontrou com Yasser Arafat, e plantou as sementes que levarão quinze anos depois, em dezembro de 2010, no governo Lula da Silva da Silva, ao reconhecimento do Estado palestino nas fronteiras de 1967. Lula da Silva visitou Israel e Palestina em março de 2010.

Em dezembro de 2010, no que pode ser considerado o último ato diplomático de Lula da Silva, o governo brasileiro reconheceu a soberania do Estado palestino de acordo com as fronteiras de 1967. O passo representou uma ruptura com o posicionamento anterior da política externa brasileira, que defendia a criação do

Estado, mas lhe negava reconhecimento formal, esperando decisões multilaterais. Após a decisão brasileira, dez governos latino-americanos decidiram fazer o mesmo. Tenha-se em conta que até aquele momento, a tendência ao reconhecimento, que depois ampliou-se a boa parte dos Estados Ocidentais, ainda não havia acontecido.

As relações econômicas do Brasil com os Países Árabes e com Israel fortaleceram-se em todos os anos 2000, ainda que sofrendo o impacto das oscilações resultantes das duas crises, a mundial e a específica brasileira. Talvez por isto, os diplomatas, os políticos e atores sociais e econômicos envolvidos focam o interesse do Brasil e de Israel no desenvolvimento das relações econômicas. Para os palestinos é importante assegurar a estabilidade das posições brasileiras nos órgãos internacionais. Considerando o conjunto dos dados relativos à formulação de política externa do Brasil em relação ao Oriente Médio, pode-se dizer que há maior probabilidade de que as mudanças sejam contidas. Esta hipótese não exclui inteiramente que crises políticas maiores, internas e externas, repercutam nas posições internacionais do país (VIGEVANI, CALANDRIN, 2019).

## **2. A ideologia no sentido epistemológico nas relações brasileiro-israelenses**

O conceito de ideologia é frequentemente remetido ao conjunto de ideias de um indivíduo ou grupo social. Contudo, principalmente nas ciências sociais, o conceito é complexo e existem diferentes abordagens referentes ao seu significado que o torna ainda mais contraditório. A maneira como o analisar ou utilizar em discursos pode nele existir uma referência totalmente ambígua, contrária ao seu significado, proporcionando interpretações indevidas.

Em vista disso, durante a campanha eleitoral, em 2018, a concepção de “acabar com política ideológica da esquerda” fora frequentemente reproduzida em discursos do atual presidente do Brasil, Bolsonaro. O seu plano de política externa, presente na sua proposta de governo, nomeada “O Novo Itamaraty”, dedica-se em fomentar o comércio exterior com países que possam agregar valor econômico e tecnológico ao Brasil; não atacar democracias importantes como EUA, Israel e Itália; ainda declara que países que buscaram se aproximar, mas foram preteridos por

razões ideológicas, têm muito a oferecer ao país, em termos de comércio, ciência, tecnologia, inovação, educação e cultura<sup>3</sup>.

O plano em desenvolver o modo econômico liberal atraiu a maior parte da sociedade brasileira. Com planos e propostas em segurança, inovação, ciência e tecnologia, Israel passou a ser o maior exemplo do modelo econômico e a manter e fortalecer relações bilaterais com o Brasil. O pequeno país passou a ser reconhecido, desde então. O que motivou o cunho ideológico ao se aproximar de Israel, não foi pela questão econômica, baseada em princípios neoliberais, e sim, ao prometer a transferência da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, ao passo que, desse modo, reconhecerá Jerusalém, a cidade berço das três religiões monoteístas, como a capital de Israel.

Entende-se, portanto, uma maneira equívoca ao classificar a política nacional, como ideológica, em planos econômicos e de política externa. Destarte, a) seria somente a política da esquerda ideológica; b) como definir o conceito de ideologia e, c) quais os discursos e posições que tornam o atual mandato político tão ideológico quanto o anterior, principalmente, no que tange o objeto de análise desta pesquisa.

As questões em torno do conceito de ideologia enfrenta um debate metodológico e epistemológico nas ciências sociais. Para esta análise utilizaremos a definição de ideologia como uma visão social de mundo, estabelecida por Michael Löwy. A visão social de mundo é determinada a partir de uma adaptação das formas de como o conceito de ideologia se desenvolveu. Primeiramente, com o subcapítulo de zoologia, no momento em que Destutt de Tracy criou o termo ideologia. Depois, ao criticar Destutt de Tracy, Napoleão Bonaparte, se referiu a ele e seus discípulos como ideólogos, que fazem abstração da realidade, e que são metafísicos.

É nesse sentido napoleônico que Karl Marx retoma a utilização do termo ideologia, a fim de elevar<sup>4</sup> a teoria de Hegel e Feuerbach. Para Marx, os jovens hegelianos são os verdadeiros ideólogos presentes da sociedade alemã, assim, segundo ele, a ideologia passa a ser uma forma de consciência. Sobre isso, em *A ideologia alemã*, Marx diz:

[...] Essa exigência de transformar a consciência resulta na exigência de interpretar o existente de outra maneira, quer dizer, de reconhecê-lo por meio de uma outra interpretação. Os ideólogos jovens-hegelianos, apesar de suas fraseologias que têm a pretensão de “abalar o mundo”, são os

---

<sup>3</sup> Proposta de Governo do, então candidato, Jair Bolsonaro.

<sup>4</sup> Nesse sentido, o significado é originário do termo em alemão *Aufhebung*; Suprassunção. Contrapor ao idealismo hegeliano e a dimensão contemplativa de Feuerbach.

maiores conservadores. Os mais jovens dentre eles encontraram a expressão certa para qualificar a sua atividade, quando afirmam que lutam apenas contra “fraseologias”. Esquecem apenas que, a essas fraseologias, não opõem nada além de fraseologias, e que, ao combaterem as fraseologias deste mundo, não combatem de modo algum o mundo real existente. [...]

É no sentido de falsa consciência que Marx se refere. A concepção idealista presente na sociedade alemã, a que foi transmitida pelos jovens hegelianos. A partir dessas concepções, ao atribuir um significado sociológico, que Karl Mannheim, em *Ideologia e Utopia*, procura distinguir o conceito de ideologia e utopia. Para ele, ideologia é um pensamento dominante presente no inconsciente coletivo, obscurecendo a realidade; enquanto utopia se relaciona ao interesse de transformar a realidade, podendo ser incapaz de diagnosticar corretamente a realidade social presente.

Ao estabelecer um significado às concepções de ideologia apresentadas até então, Michael Löwy atribui o conceito de “visões sociais de mundo”. Unificando o termo encontra-se dentro dos conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas, resultado de um ponto de vista social. Segundo ele, as visões sociais ideológicas defendem ou mantêm a ordem social de mundo; enquanto as visões sociais utópicas assumem uma função negativa de uma realidade ainda não existente.

Aplicando as visões sociais de mundo ao comportamento das políticas externas atribuídas para com Israel, estabelecendo uma relação diplomática, em termos de comércio, tecnologia e, sobretudo, das configurações em relação ao posicionamento do Brasil referente à Israel na ONU, sobre a Questão Palestina, e Jerusalém. Decorre de uma contradição ideológica entre a sociedade e a política externa existente, nesses termos relacionados a Israel, de como era para como, segundo o atual governo, deveria ser, ainda com a ressalva de que o país passou a ser um dos preferidos para estabelecer relações bilaterais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em 2016, o então deputado brasileiro, Jair Bolsonaro, vestiu uma túnica branca para ser batizado no rio Jordão por um proeminente pastor evangélico. Quase três anos depois, o ex-capitão do exército voltou a Israel como o presidente

da maior democracia da América Latina, após uma eleição em que o político chegou ao poder com o apoio dos mais de 40 milhões de evangélicos brasileiros.

A viagem de quatro dias de Bolsonaro a Israel tanto sobre ideologia religiosa quanto sobre uma mudança na política externa. O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, foi um dos poucos líderes ocidentais a participar da posse de Bolsonaro em 1º de janeiro de 2019, em meio a promessas de que o Brasil seguiria a liderança do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para mudar a embaixada do país de Tel Aviv para Jerusalém.

Assim como Netanyahu, que por mais de uma década cortejou os evangélicos dos EUA, Bolsonaro é um defensor franco de Trump que reuniu os evangélicos para conquistar a Casa Branca. "O principal condutor dessa visita é o estreito alinhamento de Bolsonaro com Trump e sua base evangélica", disse Arie Kacowicz, professor de relações internacionais da Universidade Hebraica de Jerusalém.

Esta pesquisa preliminar e exploratória sobre as possíveis mudanças na política externa brasileira em relação a Israel nos indica que pouca mudança ocorreu até o presente momento. Claro que temos que considerar que estamos no começo do governo de Jair Bolsonaro, mas as mudanças ainda se encontram no campo do discurso e da retórica, com poucas alterações concretas na política exterior. O que não pode ser ignorado é o forte apelo ideológico da política externa brasileira, com destaque para o aspecto ideológico religioso em relação a Israel. Todavia, a pesquisa carece de maior análise de dados frente às atitudes do governo brasileiro no futuro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAILEY, Michael A.; STREZHNEV, Anton; VOETEN, Erik. Estimating Dynamic State Preferences from United Nations Voting Data. **Journal Of Conflict Resolution**, [s.l.], v. 61, n. 2, p.430-456, fev. 2017. SAGE Publications.

BREDA DOS SANTOS, Norma; UZIEL, Eduardo. Forty Years of the United Nations General Assembly Resolution 3379 (XXX) on Zionism and Racism: the Brazilian Vote as an instance of United States - Brazil Relations. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 58, n. 2, p.80-97, dez. 2015.

CASARÕES, Guilherme; VIGEVANI, Tullo. **O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor de paz?**. História (São Paulo) v.33, n.2, p. 150-188, jul./dez. 2014.

DÁVILA, Jerry e LESSER, Jeffrey. "Brasil, Israel y el voto «sionismo=racismo» en las Naciones Unidas (1975). In **Más allá del Medio Oriente: las diásporas judía y árabe en América Latina**, editado por REIN, Raanan, CANO, María José, e RUEDA, Beatriz Molina, 227–41. Granada: Universidade de Granada, 2012.

DEL ROIO, Marcos. **Um golpe de estado sem projeto de classe**. In: CORSI, F.L., SANTOS, A, CAMARGO, J.M. (orgs.). A conjuntura brasileira e latino-americana em um contexto de crise. Bauru: Canal 6, 2017.

FIGUEIREDO, Filipe. A quem pertence Jerusalém: a um país, a uma religião ou à humanidade. **Opera Mundi**, 12 jun. 2015. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/opiniao/40671/a-quem-pertence-jerusalem-a-um-pais-a-uma-religiao-ou-a-humanidade>. Acesso em: 08/03/2019.

GROSSMAN, Jonathan. **Israel, Brazil, and the Jewish Diaspora: 1964 – 1975**. Tese de mestrado. Universidade Hebraica de Jerusalém, 2017.

HUDSON, Valerie M. **Foreign Policy Analysis: Actor-specific theory and the ground of international relations**. Foreign Policy Analysis, v. 1, p.1-15, 2005.

KAUFMAN, Edy; SHAPIRA, Yoram; BARROMI, Joel. **Israel-Latin American Relations**. New Brunswick, NJ: Transaction Books, 1979.

KLICH, Ignacio. **La Argentina, su reinserción en el mundo y la cuestión de Palestina**. In: KAHAN, Emmanuel N. (compilador). **Israel – Palestina: una pasión argentina**. Buenos Aires, Prometeo Libros, 2016, p. 23 – 54.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **O Brasil e os Ventos do Mundo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

LESSA, Antonio Carlos. **Israel e o mundo árabe no cruzamento das escolhas internacionais do Brasil**. In: NORMA, Breda dos (organizadora). **Brasil e Israel: diplomacia e sociedades**. Brasília, Editora: Universidade de Brasília, 2000.

LOPES, Rodrigo. Como ficam as relações entre Brasil e Israel com as mudanças anunciadas por Bolsonaro. **Gauchazh**, 25 jan. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2019/01/como-ficam-as-relacoes-entre-brasil-e-israel-com-as-mudancas-anunciadas-por-bolsonaro-cjrc3c2tq00j301q9u33hb091.html>. Acesso em: 08 mar. 2019.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**: Elementos para uma análise marxista. Conferências pronunciadas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em junho de 1985. São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 7. Ed. São Paulo, Cortez, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Norma Breda dos. **A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina**. História (São Paulo) v.33, n.2, p. 189-216, jul./dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **As posições brasileiras nas Nações Unidas em relação ao Oriente Médio (1945-2002)**: Equidistância, Pragmatismo e Realismo. Cena Internacional, v.5, n.2, p.5-22, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Brasil e a questão israelense nas Nações Unidas**: da criação do Estado de Israel ao pós (?) sionismo. In: SANTOS, Norma Breda dos (organizadora). Brasil e Israel: diplomacia e sociedades. Brasília, Editora: Universidade de Brasília, 2000.

SHARIF, Regina. Latin America and the Arab-Israeli Conflict. **Journal Of Palestine Studies**, [s.l.], v. 7, n. 1, p.98-122, out. 1977. University of California Press.

VIGEVANI, Tullo; CALANDRIN, Karina Stange. Brazil Policy toward Israel during Dilma Rousseff and Michel Temer's administrations: have there been any shifts?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 62, n.1, 2019.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva**: A estratégia da autonomia pela diversificação. Cena Internacional, v. 29, n.2, p. 273-335, 2007.

VIGEVANI, Tullo; KLEINAS, V. Brasil-Israel: da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949). In: SANTOS, Norma Breda dos (Editora), **Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades**, 71–113. Brasília: Editora UnB, 2000.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil**: de Vargas a Lula. 3. Ed, São Paulo, Editora: Fundação Perseu Abramo, 2008.